

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO
CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E
AGRICULTURA FAMILIAR – CEDRAF
ATA DA 85ª REUNIÃO DO CEDRAF REALIZADA EM 17/04/2019

Agenda da Reunião:

Horário	Tema	Responsável
8h30	Abertura dos trabalhos 2019	Secretário Norberto Ortigara
8h45	Apresentação da Agenda e Leitura de ATA anterior	Secretaria Executiva CEDRAF
9h00	Leitura e discussão da proposta textos das Moções aprovadas na última reunião de 2018	Secretaria Executiva CEDRAF
9h45	Informes do processo de incorporação das autarquias vinculadas ao sistema SEAGRI – IAPAR, Emater, CPRA e a empresa Codapar.	Secretário Norberto Ortigara
10h45	Processo de Compras Institucionais junto às Cooperativas da Agricultura Familiar – Exército – 5º Batalhão Logístico	Tenente Coronel José Anselmo Machado Filho - Oficial do Comando da 5ª Região Militar – Responsável pelos Suprimentos
11h45	Informes Gerais CEDRAF	Secretaria Executiva CEDRAF
12h00	Encerramento	

Aos dezessete dias do mês de abril de dois mil e dezenove, realizou-se a Octogésima Quinta reunião do CEDRAF, nas dependências do Instituto EMATER, no município de Curitiba – Paraná.

Item 1. Credenciamento: Presentes dezesseis conselheiros e dois convidados. Conselheiros da Sociedade Civil: Maria Aparecida – **Rep. Mulheres**, Luís Alfredo Slusarz – **REDE ECOVIDA**, Bernardo Vergopolen – **FETRAF**, Marco Antônio Geffer – **ARCAFAR/SUL**, Claudio Luiz G. Marques – **Câmara de Agroecologia**, Jefrey R. Albers – **FAEP**, Priscilla Athaide – **DESER**, Gilson Nogueira – **SICREDI** e Maria Isabel R. Guimarães – **SEBRAE**. Conselheiros do Poder Público: Luiz Vanderlei Kawa – **Amp**; Thamisis Camila Piaskowski – **CONAB**, Margit Hauer – **SEMA/IAP**, Rogério Rodrigues – **INCRA-SR9**, Luiz Claudio Froufe – **EMBRAPA**, Vera Lucia Ferreira – **MAPA/DFA**, Sérgio Augusto Guarienti – **EMATER**. Como convidados **Hur Bem Correa da Silva** – **Emater** e Rubens Ernesto Niederheitmann – **DG/SEAB/Presidente interino** – **CEDRAF**. Faltas justificadas: Não houve justificativa de faltas.

Item 2. Abertura e discussão de pauta - Secretário Gustavo Adolfo Gomes Scholz - EMATER, após estabelecimento do quórum, conforme lista de presença, agradece a presença e passa a palavra ao presidente interino da reunião, que coloca a proposta de agenda em apreciação. **Primeiro Item de Pauta:** Com a palavra o Presidente interino do CEDRAF – Rubens Niederheitmann, representando o Secretário Norberto Ortigara, que justifica a ausência, pois está acompanhando o Governador em Telêmaco Borba, devendo retornar ainda esta manhã. Explana sobre os textos pendentes referentes às Moções, sugerindo retomar a apreciação com a presença do Secretário Ortigara, desde que ele chegue a tempo na reunião. O Secretário Executivo do CEDRAF lembra ainda que na última reunião foi estabelecido calendário de reuniões para 2019, mas sofrerá ajustes já que as reuniões de Secretários junto ao Governador Ratinho ocorrem às terças-feiras. Uma proposta será enviada ao Secretário para análise e posterior divulgação. Outro ponto que deverá ser ajustado refere-se aos representantes do CEDRAF, pois há uma proposta tramitando de incorporação da EMATER pelo IAPAR, extinção de Secretarias de Estado, além da extinção, pelo Governo Federal, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e repasse de atribuições ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA. Passando ao item do primeiro ponto de pauta, foi feita a leitura da ATA da 84ª reunião e não havendo mais manifestações a ATA foi considerada aprovada, ficando pendente a aprovação dos textos finais das moções, o qual deverá ser ajustado com a presença do Secretário. **Segundo ponto de pauta** – Reforma Administrativa com o convidado, Natalino Avance Souza, da EMATER e que acumula as Presidências da EMATER, do IAPAR, do CPRA, além da empresa CODAPAR. Natalino falou do processo de reforma administrativa no âmbito da Agricultura, que envolve a junção das empresas vinculadas. Que o projeto está com o Secretário Ortigara para devida análise e posteriormente ser enviado à Casa Civil e ALEP. Fala que foram gastos treze semanas de trabalho e que a próxima etapa prevê a análise pela Casa Civil e somente depois encaminhado ao plenário da Assembleia Legislativa. Argumenta que a

42 reestruturação do Sistema está sendo discutida na lógica do Plano de Governo, de tornar a
43 máquina estatal ágil e eficiente e melhora nas entregas. Foca a melhor integração entre o público
44 e o privado, onde o Sistema SEAGRI, composto por 6 empresas vinculadas – entre elas o IAPAR,
45 EMATER, CPRA e Codapar, deverão ser incorporadas. Recorda que o CPRA é o órgão que trata
46 do tema agroecologia, o IAPAR atua com pesquisa e soluções para o rural. As outras vinculadas
47 são a ADAPAR, que trata da sanidade agropecuária e o CEASA - do abastecimento alimentar.
48 Estas possuem dezenove cargos de direção. A incorporação prevê utilizar o CNPJ do IAPAR e
49 Natalino fala que o Governo reconhece a grande contribuição histórica dessas instituições para
50 modernização e caracterização da agricultura do Estado do Paraná. Que o Paraná tem uma
51 agricultura pujante, com destaque nacional e que muito disso se deve a estas organizações.
52 Segundo o Presidente Natalino, há uma leitura de que houve um certo isolamento institucional,
53 onde cada organização, ao cuidar de sua programação ou planejamento, descuidou da integração
54 institucional. Isso não é interessante, por isso se pretende um desenho institucional diferente. Há
55 ainda a leitura de que existe uma queda gradual na qualidade das entregas. Para Natalino, a
56 mudança deve focar na recuperação do protagonismo do Estado, pois o censo agropecuário de
57 2018 demonstra que mais de 55% dos agricultores paranaenses declararam que não têm acesso
58 à Assistência Técnica. Na área geográfica do basalto – norte e oeste do Paraná, há maior
59 concentração no atendimento, mas isso é menor nas demais regiões. Fala da dificuldade de
60 reposição de servidores no Sistema SEAB. Comenta que o IAPAR possuía um quadro de duzentos
61 e dez pesquisadores e hoje são aproximadamente oitenta e oito, sendo vinte e três no chamado
62 abono permanência. Por não ter como repor servidores, em face do limite prudencial do Estado, o
63 Emater fez processo de reposição via PDV que abriu espaço no orçamento. O Emater tem hoje
64 quase que 50% de sua estrutura formada por servidores com menos de dez anos de casa. Quanto
65 ao CPRA, Natalino comenta que desde sua criação não se colocou estrutura técnica própria, mas
66 sim uma realocação de técnicos do IAPAR e Emater. A pesquisa agrícola no Paraná é formada por
67 um sistema composto pelo IAPAR, Universidades e Cooperativas. Fala do desafio para que se
68 tenha mais efetividade na contribuição com o desenvolvimento rural e uma agricultura competitiva,
69 com qualidade de vida e processos de conversão do sistema de produção. Explica que para
70 termos entregas qualificadas, se deve colocar os instrumentos do novo Instituto para trabalhar em
71 sintonia com a missão, que é a de promover o desenvolvimento rural sustentável e a
72 competitividade da Agricultura através da Integração Pesquisa e ATER. Fala que a princípio o
73 estudo prevê seis diretorias e que analisando o trabalho que daria para criar além de um novo
74 CNPJ e novo Cadastro Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, o uso do atual CNPJ do
75 IAPAR, como incorporador, permitirá manter as marcas do IAPAR que já existem no mercado. O
76 trabalho, elaborado em treze ou quatorze semanas, envolveu doze pessoas do quadro de
77 servidores das vinculadas envolvidas. Foram feitas cinco visitas em diversos estados onde houve
78 fusão entre pesquisa e extensão. Fala que na maioria dos casos o processo de fusão foi abrupto,
79 definidos por decreto e sem participação dos servidores. Na sequência, Natalino apresenta uma
80 preliminar do organograma, onde consta uma Diretoria de Extensão Rural e uma de Pesquisa
81 Agropecuária, argumentando que o Estado precisa de um ambiente de pesquisa complementar ao
82 da pesquisa privada. Aborda a premissa de manter o ambiente de extensão e de pesquisa
83 agropecuária, com pesquisadores e com extensionistas. Fala da decisão de adotar a divisão
84 regional do IAPAR, com dez centros Mesorregionais, a princípio seis, coincidentes com os atuais
85 Polos do IAPAR, cujo papel será o de pensar nos processos de desenvolvimento das Mesorregiões
86 e estabelecer prioridades. Inclusive quanto à agroecologia, com criação de Conselhos
87 Consultivos, formados por lideranças locais, sindicais, movimentos sociais, cooperativas e
88 instituições de ensino e pesquisa. (Sul), 5) **Ponta Grossa** (Guarapuava e Ponta Grossa - Sudeste
89 e Centro Oriental) e 6 Natalino exemplifica, dizendo que acredita, em relação ao projeto de lei que
90 estabelece entrega de trinta por cento de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar,
91 sedo que esta entrega só será possível se houver a quebra do isolamento e compromisso com
92 essa meta por parte da nova instituição. Fala que se manterá a Sede Administrativa em Curitiba e
93 a Sede em Londrina, conforme compromisso negociado. Os seis Centros Mesorregionais serão o
94 de 1) **Paranavaí** (Noroeste – Paranavaí e Xambre), 2) **Londrina** (Norte e Norte Pioneiro), 3)
95 **Santa Tereza** (Oeste), 4) **Pato Branco** **Metropolitano** - (Litoral, Polo CPRA e Polo Cerro Azul).
96 Natalino fala da necessidade da análise criteriosa de funcionamento das estações de pesquisa, da
97 falta de pesquisadores e necessidade de atrair Universidades e iniciativa privada. Cita das
98 negociações em Pato Branco e do exemplo de Paranavaí, onde há imóveis alugados para cada

99 ente do sistema, enquanto a estrutura do IAPAR é própria. Exemplifica da otimização de espaços
100 como em Londrina, onde ADAPAR e SEAB virão para dentro da estrutura. Aborda sobre a
101 constituição dos Conselhos Consultivos para definição de prioridades, atividades essenciais e
102 definição de estratégia de integração das entidades. Fala da ideia de se ter a Instituição mais
103 moderna de apoio ao Desenvolvimento Rural do Brasil, com redução de 41% de cargos e funções
104 gratificadas e de 26% nos custos. Observa que há uma política diferenciada de recursos humanos
105 dentro das organizações, com servidores fazendo atividades semelhantes, mas com remuneração
106 diferenciada. Fala da oportunidade de corrigir distorções e de ajustes. Como exemplo cita que
107 hoje há quatro servidores por função gratificada e com os ajustes passará para 7, dando maior
108 eficácia aos serviços. Cita que a proposta está sendo enviada ao Governo nesta semana. Natalino
109 reforça que é servidor do Emater e que a visão que se está colocando tem foco no
110 desenvolvimento e que a pesquisa tem que ser pensada de forma integrada com a Embrapa e
111 com as Fundações das cooperativas. É o desejo do Secretário Norberto de que haja a
112 modernização do sistema utilizando os mecanismos e instrumentos existentes. De que se use a
113 comunicação para facilitar análise e elaboração de diagnósticos. A preocupação não é só enxugar,
114 reduzir número de servidores ou cortar custos, mas sim focar em eficácia e ampliação da estrutura
115 de pesquisadores. Este é o compromisso do Governo do Estado, fazer a contratação sem
116 aumento de despesas, face o processo de PDV. Cita o exemplo do Centro Paranaense de
117 Referência em Agroecologia, que foi criado, instituído uma Diretoria, mas não tinha estrutura de
118 servidores para atuar de forma adequada. Há um comprometimento com a pesquisa e com a
119 extensão, para seu fortalecimento e atendimento de sua finalidade central. Cita que a encomenda
120 do Governador e do Secretário é a de construir um instituto de qualidade que possa ser
121 referência. Fala que são culturas diferentes, de pesquisador, de extensão e de fomento, e que
122 precisaremos trabalhar isso com os servidores para aproveitar a oportunidade, para fortalecer a
123 nova entidade. Fala que é uma determinação do Governo Ratinho e para isso estão discutindo,
124 pois não existe uma forma institucionalizada. A preocupação do Secretário foi a de manter a
125 essência de cada organização, mas tendo como foco o maior desenvolvimento rural. São
126 instituições públicas e elas têm obrigação de atuar nesse sentido, atender à necessidade dos seus
127 beneficiários que são os agricultores, a sociedade e o governo e suas diretrizes. Atender esses
128 três segmentos e com participação decisiva dos segmentos interessados nesse processo. Essa
129 proposta vai ser entregue à Secretaria de Planejamento e depois vai para a Casa Civil e,
130 finalmente, para a Assembleia Legislativa. **Bernardo** – Fala que começou a participar no
131 Conselho há dois anos e vê o espaço como de muita importância, construtivo, para aprovar e
132 homologar propostas para a agricultura familiar. Essa é a sua expectativa como agricultor familiar
133 e que na reformulação do CEDRAF pede o fortalecimento das representações da Agricultura
134 Familiar. Questiona sobre a definição das seis Mesorregiões e do pouco tempo de debate no
135 Conselho para conhecer a proposta, pois já é meio do mês de abril. Fala da dificuldade inicial em
136 entender e se estaria contemplado dentro dessa programação do novo projeto; fica preocupado,
137 pois o Estado tem função de atender com política pública essas demandas e parte do Estado
138 poderá ficar descoberto na questão da agroecologia. Destaca o sonho de consumo como
139 agricultor familiar que é o foco na agroecologia. Deve-se ter pesquisa para abranger e dar
140 referências ao Estado, e que se for para votação teria dúvidas de como votar. Mas entende que
141 vai para o Secretário e que este poderá aprovar, ou seja, o CEDRAF será meramente
142 homologador. Entende que a ideia pode até ser boa, mas houve pouca participação do CEDRAF
143 na discussão. Não houve uma formalização no convite de que íamos poder fazer ou não nesta
144 participação no processo de discussão. Bernardo pede esclarecimento quanto à informação de
145 que o Estado teria ou não condições de atuar com as demandas nas regiões. Fala que passar a
146 pesquisa para a iniciativa privada traz preocupação, pois o foco é diferente das questões inerentes
147 ao pequeno agricultor familiar, tanto para a região de União da Vitória, quanto para o Centro Sul.
148 **Natalino** – Fala que não haverá prejuízo, que somente haverá ajustes das bases físicas,
149 reordenados na sua forma de trabalhar a partir do Centro Mesorregional, onde cada uma terá um
150 grupo para atuar em agroecologia, o que não tem hoje. Em segundo lugar, fala que alguns polos
151 serão transformados em sede para gerar pesquisa e transferência. Inicialmente serão seis, mas
152 há outros onze polos ou estações experimentais que vão fazer parte desse rearranjo. Será feita
153 uma discussão com a sociedade, seja em União ou outra. Que tipo de pesquisa, que tipo de
154 projeto, que tipo de atuação se tem expectativa, que a gente reordene a ação. Da estrutura de
155 pesquisa, de instrução, de fomento, de agroecologia naquela região, com quem nós vamos fazer

156 isso. Eu acho que faz parte da tua preocupação a proposição de descer, de rever a distribuição
157 atual da estrutura técnica existente. É o momento de pensar, pois a região do basalto está bem
158 suprida por técnicos. Ou seja, o Estado pode reduzir sua ação, mas isso não quer dizer que vai
159 retirar os profissionais, será um ajuste na concentração de atuação. Fala de determinadas regiões
160 que têm estrutura técnica de cooperativas de grãos, que após aprovado o projeto haverá um PDV
161 negociado. O concurso terá número de vagas equivalente com o número de servidores que
162 saírem e que a proposta é contratar para as áreas do Estado que se quer reforçar por conteúdos
163 como agroecologia, olericultura e fruticultura, numa proposta de integração com o direcionamento
164 do trabalho. **Claudio:** Como representante da Câmara de Agroecologia fala que o tema foi
165 debatido em duas reuniões da Câmara. Em relação ao CPRA, que trata do tema da agroecologia
166 e da agricultura orgânica, o posicionamento é de preocupação. Comenta da entrega de uma Carta
167 de Manifesto por ocasião de uma audiência, em 25 de fevereiro, ao Presidente do CEDRAF e
168 Secretário Ortigara. Ao mesmo tempo, o documento foi enviado à Secretaria-Executiva, com o
169 pedido de que fosse enviado a todos os Conselheiros. Fala que a Câmara tem interesse de que
170 os Conselheiros também se posicionem em relação a esse documento, onde há um
171 posicionamento em defesa da manutenção do CPRA, e que alguns não acusaram o recebimento.
172 Fala que havia a expectativa de que o projeto de incorporação já estivesse pronto e que os
173 Conselheiros recebessem cópia para análise mais aprofundada. Fala que a Câmara congrega
174 mais de 30 instituições da sociedade civil e representantes dos órgãos públicos. Que entendiam
175 que o documento ajudaria na reflexão dos conselheiros e que não foi prevista a discussão no
176 Conselho, e que somente foi repassado informações pelo Presidente Natalino. Questiona se o
177 CEDRAF vai encaminhar essas questões, porque na Câmara há este interesse. Gostaria que os
178 conselheiros se posicionassem em relação ao documento da Câmara que é pela defesa e
179 manutenção do CPRA, fala da importância de continuar como autarquia autônoma, pela sua
180 história, como referência, inclusive internacional, e como uma entidade pública que leva a
181 discussão do tema da agroecologia a todos os cantos do Estado. Afirma que se não houver este
182 debate no CEDRAF, não haverá uma outra oportunidade. Acreditam que com a fusão poderão
183 perder esta conquista para o avanço e execução de políticas públicas da extensão. Perderá o
184 ambiente institucional que discute agroecologia, e questiona se o Secretário irá se posicionar
185 sobre o documento. **Paulo Meira** – Fala que o Secretário recebeu o documento e deverá propor
186 uma conversa com o grupo, pois o tempo é curto e o Sistema da Agricultura precisa tomar a
187 decisão ouvindo os diferentes atores. A ideia é a de que, ao invés de se manter uma entidade
188 quase sem estrutura, é preferível um reforço com pesquisadores e extensionistas, pois da forma
189 atual o CPRA não poderá avançar. Fala da preocupação que o GT teve quanto à construção da
190 proposta e do desafio em montar rapidamente uma proposta, abrindo as portas dessa nova
191 instituição. Por isso a Diretoria de Integração Institucional, para falar com o MP, com
192 Universidades, com Ocepar, entre outras. Fala que colocou a questão da assistência técnica e
193 dessa nova realidade, onde o pequeno produtor tem dificuldade de acessar a assistência técnica.
194 Fala ainda que a pesquisa deve atender aos interesses específicos com o desenvolvimento do
195 Estado e que a assistência técnica e a pesquisa das entidades privadas são movidas por outros
196 interesses e devemos respeitar, mas há necessidade de se ter um posicionamento de Estado,
197 independente se é para o pequeno, médio ou grande. O Grupo de Trabalho observou, por ocasião
198 das reuniões, o mapa da competitividade da agricultura do Paraná e que após a aprovação da lei,
199 haverá um prazo de cento e oitenta dias para elaboração do regulamento, etapa que exigirá
200 esforço e energia para a constituição e definição das funções e atribuições dos conselhos.
201 **Natalino** – Complementa a fala do Paulo Meira com a informação de que está prevista uma
202 Diretoria de Integração Institucional, cujo papel é fazer a junção interna e alimentação externa.
203 Fala do custo das autarquias para a sociedade. Fala de sua experiência enquanto gestor nos
204 quarenta anos de extensão e crê que poderá fazer o melhor para a agricultura do Paraná. Há
205 dúvida de como ficam as estruturas nos municípios, ambiente aonde o agricultor precisa, por
206 exemplo, de informações quanto à agroecologia ou questões de pesquisa. E quanto aos
207 Conselhos Consultivos, e se haverá alguma forma de integração no sentido de profissionais
208 estarem atuando de forma conjunta, com horizontalidade. O perfil extensionista mudou e não há
209 lógica deixar um profissional com doutorado e não aproveitar suas capacidades na região e no
210 Estado. A necessidade de modernizar passa pela ideia dos Centros Mesorregionais, como centro
211 de contas, ganhando agilidade. O Estado está fazendo um movimento de fortalecimento das
212 cooperativas, onde muitas destas já não precisam da tutela ou apoio do Estado. Uma nova

213 realidade é a horizontalização, com ação complementar da Emater, SENAR ou SEBRAE. Já
214 quanto à pesquisa, fala que o Iapar tem que fazer a sua parte, dialogar com Cooperativas e com
215 Universidades. Fala em não perder a conquista do Estado, os ativos essenciais para a agricultura
216 do Paraná. No avanço na execução de políticas públicas de extensão, nem perder o ambiente que
217 discute agroecologia. **Melão** – Questiona se a apresentação da incorporação no CEDRAF é na
218 forma de informe ou será uma questão para deliberação do pleno. Reforça na sua fala que a
219 Câmara de Agroecologia se posicionou, entregando um documento ao Secretário de Agricultura, e
220 que caso haja necessidade de se posicionar ou deliberar algo sobre o processo de incorporação
221 ou fusão pede que sejam informados. A posição da Câmara de Agroecologia é que isso seja
222 colocado para debate, para depois poderem deliberar. Fala que gostaria de se manifestar sobre
223 isso e que o documento a ser enviado à Assembleia Legislativa fosse melhor analisado. Comenta
224 que frente ao que o Natalino apresentou ficou ainda com dúvidas. Fala que o resultado do
225 trabalho do GT deveria ser encaminhado aos conselheiros para estudos, podendo ser lido e posto
226 para apreciação. **Rogério** – Incra – Pergunta sobre os Polos e se estes responderão ao agricultor
227 sobre agroecologia, estrada, por ex., ou se isso será via unidades municipais da Emater. Esse
228 ambiente de horizontalidade com o privado ficará restrito aos Conselhos Consultivos ou haverá
229 integração no sentido de profissionais do Instituto fazendo parte conjunta? **Natalino** – Fala do
230 desafio de trabalhar organização rural, num movimento de fortalecimento do negócio chamado
231 Organização Rural. Para isso fomos buscar apoio no sistema Ocepar. Comenta do processo de
232 construção da Lei de ATER e da necessidade de implementá-la. Que não é só uma questão de
233 encaminhamento da proposta de fusão, pois o documento já está nas mãos do Secretário. Fala
234 que há interesse em ouvir todos os setores e que, ao mesmo tempo, não há tempo hábil para
235 fazer isso de forma plena. Que foram desafiados a construir rapidamente a proposta. Entende que
236 o documento da Câmara será analisado e sugere uma reunião extraordinária para discutir o
237 documento, já que nem todos tiveram acesso, apesar do mesmo ter sido enviado por e-mail. O
238 Conselheiro Luiz Vanderlei Kawa manifestou que recebeu o texto via e-mail, via CEDRAF. Fala
239 que o Secretário poderá colocar maiores informações sobre isso, pois a responsabilidade do
240 documento é da Secretaria. **Terceiro Ponto de Pauta** – O Diretor do DEAGRO – Richardson de
241 Souza explana sobre a Emenda Parlamentar que precisa da deliberação referente à compra de
242 caminhões para atendimento. Por exigência do Ministério da Agricultura, com a aprovação da
243 Emenda Parlamentar pelo Conselho, a mesma se transformará em convênio para o
244 desenvolvimento da estrutura da União das Cooperativas da Agricultura Familiar – UNICAFES.
245 Proposta do Deputado Federal Assis do Couto junto ao Ministério da Agricultura e Abastecimento.
246 O objetivo é estruturar a Unicafe com veículos para que ela possa atuar dentro da sua função de
247 apoiar as cooperativas. O Projeto visa apoiar a Unicafe para aquisição de equipamentos, visando
248 ampliar a produção de alimentos da agricultura familiar através do desenvolvimento de
249 tecnologias, infraestrutura e logística. Prevê apoio na parte de comercialização de produtos, e no
250 valor global de aproximadamente setecentos e noventa mil reais, para aquisição de caminhão
251 “truck” com uma câmara fria para transporte de produtos que exigem refrigeração. Aquisição de
252 veículo para transporte dos técnicos para assessoria e assistência técnica. Após ser colocada em
253 votação, a proposta foi aprovada pelos Conselheiros presentes. **Quarto ponto de pauta** - Tenente
254 Coronel José Anselmo Machado Filho – Oficial da 5ª região militar do exército brasileiro,
255 responsável pela área de suplementos e alimentação daqui da 5ª Região militar. O Coronel
256 explana que o exército brasileiro é um dos grandes compradores institucionais de produtos para
257 alimentação para sua estrutura funcional. As compras estão sob responsabilidade da área de
258 administração e de logística. O país é dividido em doze regiões militares e algumas com
259 subdivisão. Os grupamentos logísticos são doze e em todos há aquisição e distribuição do
260 chamado suplemento de subsistência classe 1 - que são os gêneros de alimentação. A classe 2 é
261 uniforme – chamado de material de intendência. Classe 3 – Combustíveis, classe 5 – munição. Os
262 Estados do Paraná e Santa Catarina pertencem à quinta região militar. Rio Grande do Sul é a
263 terceira região militar e no Amazonas - Manaus temos a 12ª região militar. A experiência com
264 compras da Agricultura Familiar começou em 2018. Iniciou com um evento em Corupá, em Santa
265 Catarina, uma reunião proposta pelo então Ministério do Desenvolvimento Social, atual Ministério
266 da Cidadania. Destaca a importância de todos os órgãos governamentais envolvidos; no caso de
267 Santa Catarina a primeira experiência foi com a EPAGRI, onde nós avançamos nessa divulgação.
268 Aquisições centralizadas como carnes, feijão, arroz e leite em pó são mais fáceis. As chamadas
269 públicas descentralizadas, pela questão local e de logística, são mais fáceis de execução. Informa

270 que as primeiras chamadas públicas foram bem sucedidas. Fala que tem grandes dificuldades
271 para acessar as Cooperativas da Agricultura Familiar devido aos problemas de Inspeção Federal -
272 SIF. Comenta que em 2018 o Exército comprou oito milhões e meio de reais. Estão se
273 aproximando da capacidade máxima da demanda, mas deve-se considerar todas as unidades no
274 país. É feita a compra com nota de empenho e é feita a entrega centralizada no Batalhão de
275 Suprimentos. Fala que deste é feita a distribuição para todo Paraná e Santa Catarina. Comenta
276 que após pesquisa interna todos os produtos das cooperativas foram bem recebidos, com
277 qualidade. Sugere fazer eventos para aproximar os fornecedores das unidades de compra. Fala
278 que o Paraná tem em torno de cinquenta unidades e, pelo menos, trinta unidades têm serviço de
279 abastecimento com cozinha e fazem aquisição de alimentos. Somente o Setor de
280 abastecimento, para oito unidades, tem mil e trezentos militares que consomem alimentos
281 todos os dias. Em Curitiba o orçamento é em torno de um milhão e duzentos mil reais para as
282 compras da agricultura. Para todo Paraná e Santa Catarina o orçamento é de dois milhões e
283 duzentos mil reais. Do total de vinte e cinco milhões, a 5ª Região, com 8% do efetivo, e portanto,
284 8% do orçamento. Em Santa Catarina houve apoio do SEBRAE de Santa Catarina e das
285 cooperativas. **Conab – Thamisis** – Coloca que a estrutura da CONAB está à disposição para
286 apoiar estas ações, com informações de processo, no sentido de colaborar para conseguir os
287 melhores resultados, via uso do sistema de informações que possuem. Diz que poderá verificar
288 quais produtos são entregues pela Agricultura Familiar, além de apoiar na elaboração de catálogo
289 de produtos, porque as organizações ainda não têm um portfólio. Comenta que a CONAB quer
290 cooperar com o desenvolvimento nacional. **AMP - Wanderley Kawa** – Agradece o espaço e fala
291 do prefeito de Inácio Martins que está ausente devido à conferência nacional dos municípios. Fala
292 da luta pelo território Centro-Sul, juntamente com o território Vale do Iguaçu, seja trabalhando na
293 área de turismo ou ações envolvendo os agricultores familiares. Fala da demanda relativa ao
294 trabalho da Patrulha Rural, do êxito e da reunião com o Secretário Norberto em fevereiro, com
295 participação dos prefeitos. Após essa fala fez entrega de expediente, do Consórcio, e que trata
296 das Patrulhas Rurais, ao Secretário Executivo do CEDRAF, sobre necessidade de recursos para
297 manutenção dessas máquinas e caminhões, cujo custo pesa para o Consórcio e, caso contrário,
298 as patrulhas sejam passadas em definitivo aos Consórcios. Termina agradecendo a atenção dos
299 Conselheiros. **Rubens Niederheitmann** – Passa para a questão inicial referente ao documento
300 aprovado pela Câmara Setorial de Agroecologia e Agricultura Orgânica, questionando se colocaria
301 antes em discussão e se o CEDRAF faria a aprovação desse texto como sugestão de contribuição
302 da Câmara para o processo, e como segunda opção, a realização de uma reunião extraordinária.
303 **Claudio Marques** - Coloca a questão da falta de tempo e se todos os membros estariam
304 dispostos a ficarem além do horário previsto, para tratar do tema. Após consulta, definiu-se pela
305 realização da reunião extraordinária, e ficou de se verificar o regulamento de como chamar esta
306 reunião extraordinária específica para analisar e discutir o documento apresentado pela Câmara
307 Setorial, com sugestões de melhoria do processo. **Assuntos Gerais – Regimento CEDRAF** - Em
308 função da reforma administrativa e da fusão das autarquias, foi sugerido fazer ajustes no
309 Regimento do CEDRAF, sendo que haverá uma conversa com o Secretário Norberto Ortigara
310 sugerindo montar um grupo de trabalho, preferencialmente com membros das Câmaras Técnicas,
311 para reescrever o regimento. **PROATER** - Outro tema definido no ano passado foi quanto à
312 construção do PROATER, mas que também em função do processo de reestruturação deverá ser
313 reexaminado pelo Secretário. **Relato da Câmara Meliponídeos e reestruturação do MAPA –**
314 **Marcos Aparecido Gonçalves** – representante da CT Meliponídeos fala que no início da gestão
315 houve necessidade de adequação dos participantes, com revisão das indicações dos membros.
316 Na sequência, percebeu-se que o Regimento também precisava uma readequação. Já foi feita a
317 adequação do Regimento e aprovado, estando à disposição da Secretaria Executiva do CEDRAF.
318 Em relação à estrutura federal, houve a reestruturação da Agricultura Familiar, com a extinção do
319 MDA, e depois SEAD, e incorporação do quadro de servidores ao MAPA. As atribuições do
320 MDA/SEAD ficaram a cargo do Ministério da Agricultura, assim como as do INCRA. O processo
321 ainda não está completo, falta internamente o ajuste de atribuições. Foi criado no MAPA a
322 Secretaria da Agricultura Familiar e Cooperativismo e a Secretaria Especial de Regularização
323 Fundiária, e parte da antiga SAF, referente ao crédito rural, foi incorporada também. A Secretaria
324 de Pesca também foi extinta e repassadas as atribuições ao MAPA. **Luiz Gonçalves (Ecootopia)**
325 – Aproveita para convidar os presentes para a Conferência Municipal de Agricultura e Turismo de
326 Piraquara – no Parque das Águas, de onde provém mais de 70% da água de Curitiba - vindo de lá

327 da região dos Mananciais. Fala que a agricultura com base ecológica é a única forma de manter
328 água limpa e saudável e, infelizmente, falta a EMATER no município com ATER focada em
329 agroecologia. **Rubens Niederheitmann** – Agradece ao Natalino e a todos que se fizeram
330 presentes. Explana que, como pendência, tem que encaminhar com o Secretário a questão da
331 Reunião Extraordinária, ficando como proposta de dia 30 de abril, para tratar do processo de
332 incorporação e outros temas inerentes, mas que para isso terá que ser compatibilizado com a
333 agenda do Secretário Ortigara. Agradece a presença de todos. Nada mais tendo a relatar, eu
334 Gustavo Adolfo Gomes Scholz, redigi a presente Ata de Reunião do CEDRAF, que após aprovada
335 vai assinada pelo Secretário Executivo e Presidente Interino Rubens Ernesto Niederheitmann.
336

337 Gustavo Adolfo Gomes Scholz,
338 Secretário Executivo

Rubens Niederheitmann
Presidente Interino do CEDRAF